

JUSTIÇA Wilson Lima é acusado de chefiar organização criminoso da qual teriam participado os demais denunciado

Governador do Amazonas vira réu por desvio de recursos na pandemia

FELIPE PONTES E ANDRÉ RICHTER
Agência Brasil, Brasília

Por unanimidade, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aceitou ontem denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o governador do Amazonas Wilson Lima, e mais 13 pessoas. Com a decisão, todos passam à condição de réus e vão responder a um processo criminal.

Wilson Lima é acusado pela PGR de chefiar uma suposta organização criminosa, da qual participaram os demais denunciado, responsável por desviar recursos na compra de respiradores durante a pandemia de covid-19. Ele também foi acusado de fraudes em licitação e peculato.

O colegiado seguiu voto proferido pelo relator, ministro Francisco Falcão. Durante a leitura do voto, Falcão afirmou que documentos encontrados no gabinete do governador indicam que ele tinha conhecimento do processo de aquisição fraudulenta de 28 respiradores vendidos ao governo estadual por uma importadora de vinhos, com dispensa de licitação.

Outro indicio de envolvimento do governador seria o fato de ele ter ido pessoalmente ao aeroporto receber,



Aliado de Bolsonaro, Wilson Lima é acusado de chefiar esquema criminoso

Superior Tribunal de Justiça aceitou ontem denúncia contra Wilson Lima e mais 13 pessoas

em 7 de abril do ano passado, 19 desses equipamentos, sendo que a compra somente foi efetivada pelo governo estadual no dia seguinte.

Falcão afirmou ainda que "existe justa causa para se considerar o governador do Amazonas participe nos delitos de dispensa de licitação e participe da fraude na aquisição de 28 respiradores que tiveram preços elevados

com abusividade".

O relator também afirmou considerar que "o governador exercia o comando da organização criminosa engendrada na cúpula do governo do Amazonas, que visava a prática de delitos de fraude, dispensas de licitação indevidas e peculato".

Por falta de provas, o ministro recusou a abertura de ação penal em relação a dois

denunciado, incluindo o atual chefe da Casa Civil do Amazonas, Flávio Cordeiro Antony Filho.

Entenda

Em abril, a PGR apresentou denúncia, assinada pela subprocuradora-geral da República Lindora Araújo, contra o governador e outras 15 pessoas, incluindo o vice-governador, Carlos Almeida, e o secretário de Saúde à época dos fatos, Roberto Tobias. Além de participação em organização criminosa, os envolvidos foram acusados de fraudes em licitação e peculato, no caso de agentes públicos.

De acordo com a peça de acusação, o governo estadual comprou os 28 respiradores por 2,9 milhões de uma importadora de vinhos dois dias depois de ter recebido uma proposta de venda dos mesmos aparelhos por 2,4 milhões de uma outra empresa do setor de saúde.

Segundo a denúncia, a importadora de vinhos comprou os aparelhos poucas horas antes de vendê-los ao governo, servindo apenas como intermediadora para elevar o preço dos equipamentos. A manobra teria resultado no desvio de R\$ 496 mil.

O preço dos respiradores, contudo, já se encontrava superinflado, argumentou a

PGR. Segundo os investigadores, que se valeram de pareceres com covid-19, pois não seriam adequados para o tratamento de casos graves, destacou a denúncia.

Ao final, os equipamentos sequer serviram para tratar pacientes com covid-19, pois não seriam adequados para o tratamento de casos graves, destacou a denúncia.

Defesa

Na manhã desta segunda-feira, os ministros do STJ ouviram 17 diferentes advogados em defesa dos denunciado. Todos argumentaram inépcia da denúncia, que teria sido falha ao apresentar atos individualizados ou provas de conluio envolvendo a compra dos respiradores.

Segundo os advogados, apesar de quebras de sigilo telefônico, a PGR não teria sido capaz de apontar atos inequívocos que apontem a existência de uma organização criminosa.

O advogado Nabor Bulhões, que representa o governador Wilson Lima, acusou o Ministério Público de ter abusado de seu poder investigatório, promovendo uma narrativa sobre organização criminosa a partir de supostas irregularidades num simples processo de dispensa de licitação.

PARECER

PGR pede domiciliar para ex-deputado

DA REDAÇÃO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a prisão preventiva decretada contra o presidente do PTB, Roberto Jefferson, seja convertida em prisão domiciliar. Conforme o parecer do órgão, o ex-deputado, preso no inquérito que apura suposta milícia digital, não oferece risco à sociedade.

No início do mês, o ex-deputado deu entrada no Hospital Samaritano Barra, no Rio de Janeiro, para tratar uma pielonefrite aguda bilateral. O ministro do STF, Alexandre de Moraes, autorizou que Jefferson deixasse Bangu 8 para tratamento médico usando tornozeleira

eletrônica. No entanto, ele manteve a prisão preventiva do ex-parlamentar.

Em parecer enviado a Moraes, a subprocuradora Lindora Araújo diz entender que a prisão domiciliar é medida suficiente para garantir a manutenção da ordem pública e necessária diante do quadro

Roberto Jefferson não oferece risco à sociedade, defende a Procuradoria

de saúde do político.

"Embora os discursos ofensivos devam ser cobidos, o agravante, caso venha a ser submetido a prisão domiciliar, dada a sua fragilidade física e estando sem se comunicar com a mídia, via internet ou por qualquer outro meio de comunicação ou eletrônico, não oferecerá risco à sociedade", disse Lindora, em seu parecer, segundo informações do site Poder 360.

Para Lindora, a internação do ex-deputado também configura "fato novo", que demonstra a necessidade de ida para a prisão domiciliar.

"Ou seja, os argumentos do agravante e do Ministro do STF bilco no sentido de que seria cabível, desde o início, a prisão-o domiciliar humani-

ria no presente caso foram corroborados quando houve agravamento de patologia que já acometia Roberto Jefferson quando fora preso", afirma.

Em 25 de agosto, a PGR enviou a Moraes uma denúncia contra Roberto Jefferson por ter supostamente impedido o livre exercício dos Poderes, incitando crimes contra a segurança nacional e homofobia. A denúncia ainda não foi avaliada pelo STF.

Na ocasião, a própria Lindora disse que Jefferson "incitativo o povo brasileiro a invadir a sede do Senado Federal e a praticar atos de fato em desfavor dos senadores, especificamente dos que integram a CPI da Pandemia, no intuito de tentar impedir o livre exercício do Legislativo".



Ex-deputado, Roberto Jefferson preside o PTB

MPF

Servidor que reprovou Festival de Jazz do Capão é denunciado

DA REDAÇÃO

O servidor público da Secretaria Especial da Cultura do governo de Jair Bolsonaro, responsável pelo parecer que reprovou o Festival de Jazz do Capão, na Bahia, foi denunciado ontem pelo Ministério Público Federal (MPF).

Ronaldinho Daniel Gomes, ex-coordenador de Análise Técnica de Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura, usou justificativas religiosas e políticas para embasar a negativa.

O evento que aconteceria na Chapada Diamantina foi vetado pela Secretaria de

Cultura após os organizadores publicarem que aquele seria um "festival antifascista e pela democracia", como se fosse algo condenável.

Segundo a jornalista Mônica Bergamo, o Ministério Público teria apurado que uma parecerista emitiu dois pareceres favoráveis ao festival, mas estes teriam sido alterados pelo servidor. Segundo o MPF, a própria parecerista contou em depoimento que o processo foi retirado de seu arquivo e o documento foi substituído por outro.

"De forma dolosa e conscientemente discriminou, por motivos políticos, o pro-

jeto, atentando contra a liberdade de expressão artística e intelectual dos proponentes", diz trecho da denúncia.

Ao MPF, Ronaldo afirmou que não houve ordem para excluir o parecer favorável e alterá-lo. Por não ter antecedentes, o MPF propôs que ele preste 200 horas de serviços à comunidade ou a alguma entidade.

Apoio de Paulo Coelho

Após a recusa da habilitação para a captação de recursos para o festival através da Lei Rouanet, o escritor Paulo Coelho decidiu bancar os custos para a execução do evento.

Sua fundação cultural, a Coelho & Oiticica, destinou R\$ 145 mil por meio da lei de incentivo. Nas redes sociais o escritor que a única condição era que o evento seguisse antifascista e pela democracia.

ACENO

Ciro Gomes: "Bolsonaro virou as costas" para os caminhoneiros

DA REDAÇÃO

Na tentativa de dialogar com a classe hoje dividida entre o apoio ou oposição ao presidente Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Coelho gravou uma peça publicitária em aceno aos caminhoneiros. Lançada na manhã de ontem nas redes sociais, o vídeo traz o ex-ministro pilotando um caminhão e falando das dificuldades da profissão, agravadas pela crise econômica.

Na publicação compartilhada no Twitter, o ministro diz que "Bolsonaro virou as costas" para os trabalhadores e cita o aumento do preço dos produtos que impacta diretamente na atividade.

"Só depois de adulto eu vim a compreender o quanto é sacrificante a vida de um caminhoneiro. Estradas perigosas, saudades da família e essa carestia levando todo o seu ganho, pneu, diesel,

peças a preço da morte", diz o pedetista, pré-candidato do partido à presidência em 2022.

Ciro toca no assunto que hoje tem se tornado um dos alvos da militância bolsonarista, que tenta impedir a associação da alta no preço dos combustíveis ao governo Bolsonaro.

"O governo está destruindo a Petrobras, cobrando do brasileiro em dólar os combustíveis. E, o pior, importando do estrangeiro o que

poderia produzir aqui, derivado de petróleo. Uma tremenda injustiça com todo mundo, principalmente com você, que carrega o Brasil nas costas", declara.

Bolsonaro tentou associar a categoria à sua base de apoio e obteve de fato a adesão de vários caminhoneiros nos atos de 7 de setembro, em parte incentivados mais pelos donos das transportadoras do que por motoristas efetivamente. No entanto, até os mais fiéis apoiadores romperam com o presidente após o áudio enviado pelo chefe do Executivo pedindo que os caminhoneiros desmobilizassem e liberassem todas as vias ocupadas no Brasil. Na ocasião, muitos duvidaram da veracidade da peça, até que o ministro Tarcísio Freitas gravou um vídeo confirmando que o áudio era de autoria do presidente.

Pedetista tenta dialogar com classe dividida entre apoio e oposição ao presidente